

## A função instrumental da linguagem<sup>1</sup>

José Roque Aguirra Roncari

Departamento de Letras, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá-Paraná, Brasil.

**RESUMO.** A existência de padrões de valores comportamentais criados e convencionalizados por indivíduos pressupõe a existência de instituições e estas, geralmente, pressupõem graus de organização social mais ou menos complexos que, por sua vez, pressupõem uma forma de interação verbal entre os indivíduos que reflete esse grau de complexidade; razão pela qual, em muitas situações de vida, os problemas de natureza discursiva e lingüística, que o falante comum enfrenta no processo de interação verbal com as instituições e seus porta-vozes, podem também se complicar. Nesses casos é que o falante (ou seu porta-voz, um legislador, por exemplo) mais necessita não só de familiaridade com o “código” em pauta, mas sobretudo do conhecimento do uso instrumental da linguagem, isto é, do domínio muito cuidadoso e particular do processo de leitura dos fatos e do discurso que o código específico implica. É esse o vetor do *Projeto* (cf. nota 1).

**Palavras-chave:** conhecimento, escrita, instrumento, leitura, linguagem, texto.

**ABSTRACT. Instrumental function of language.** There are certain life situations in which the normal speaker faces enormous linguistic and discourse problems when he interacts with institutions and their spokespersons. The speaker or his spokesperson, a lawyer, for instance, not only needs to be familiar with the code used but also must have a knowledge of the instrumental use of language. This boils down to a very careful and specific mastering of the reading process of the facts the specific code implies. Since few pay attention to that pragmatic aspect of mastering oral or written speech, the gap becomes part of the social and historical everyday life of many people. It turns up to be a tragedy when the ordinary speaker often needs to settle juridical and political verbal interactions with institutions.

**Key words:** Instrument, knowledge, language, reading, text, writing.

*A lingua nom ha osso,  
Mais rrompe o dosso<sup>2</sup>*

### Linguagem é ação histórica

O provérbio é sugestivo e carregado de associações teóricas e práticas (Cf. nota 3). Encerra um conhecimento pragmático, de origem popular, que se aplica a inúmeras situações de uso da linguagem. Evidencia, por exemplo, o sentido de que a língua tem um poder de “instrumento”, o de “quebrar o dorso”, isto é, que a *língua é ação*, se presta à prática de tarefas e detém certas utilidades como as de qualquer outro “instrumento” inventado pelo homem, quer dizer, quando ele pratica a linguagem (de forma virtual, oral

ou escrita) de maneira orientada, fruto de ação inteligente, premeditada, sujeita à intencionalidade do falante, o homem, mais que nunca, torna-se capaz de introduzir profundas modificações internas em si mesmo, em seu pensamento, ou externas, no interlocutor, na natureza e, conseqüentemente, em seu destino histórico<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> Esta pesquisa, que já está em processo de desenvolvimento, corresponde à parte introdutória do projeto *A função instrumental da linguagem nas questões legislativas*, oficializado nesta instituição em abril de 1997. Atualizo aqui uma apresentação genérica do assunto, portanto, um texto não-exaustivo. Uma primeira versão dele foi apresentada no evento *Outras Palavras X Semana de Letras*. Maringá, UEM, 1997.

<sup>2</sup> Em ortografia de língua galaico-portuguesa do século XV (Nunes, 1959:76-7).

<sup>3</sup> Sejam instrumentos sofisticados como computadores, rifles, aeronaves espaciais, etc., ou primitivos como uma vara, um simples osso, etc. Recordem-se de *2001, uma odisséia no espaço*, por exemplo. A *Aurora do Homem*: após o antropóide tocar o monolito, isto é, quando tomado por um gesto espontâneo resultante de um complicado processo de desenvolvimento de inteligência e criatividade, descobre, admirado, o valor e relevância que o “osso”, enquanto ferramenta de poder e dominação, passa a adquirir para a sobrevivência individual e coletiva. O grupo de primatas, antes frágil diante do mundo, armado com o instrumento, agora, preservava sua autodeterminação. Não mais preso a uma antiga correlação de forças, reconquistava e mantinha protegidos os espaços vitais de que necessitava, isto é, nesse caso, para eles, a excitante descoberta foi que, com o “osso”, podiam saciar com menos sofrimento e dor moral a fome e a sede do clã. As cenas antropológicas que, então, daí decorrem, mostradas no famosíssimo filme de Stanley Kubrick, são memoráveis. Associe-m-nas, por exemplo, ao provérbio *“Língua não tem osso mas quebra o dorso”*, suponham raciocínio análogo aplicado a situações equivalentes com as de uso de uma língua natural e deduzam, os leitores, uma “Aurora de Linguagem”.

Embora o aspecto instrumental do uso da linguagem nas modalidades oral e escrita seja um fato, no cotidiano do falante comum, nem sempre ele o apreende com muita clareza e, por isso, acaba não tirando real vantagem dessa possibilidade. Muitas vezes, “língua” é entendida por ele como sendo uma realidade ou muito abstrata, ou estereotipada e distante de suas mais diversas práticas de vida. Por exemplo, é raro o falante menos avisado observá-la com o mesmo poder de ação, mudanças, transformações e, às vezes, capaz de assumir uma violência mais devastadora que a da própria “espada” (ou de qualquer outro “instrumento”), a não ser quando um provérbio expressivo como esse lhe aponte tal aspecto. De fato, o indivíduo ainda não se habituou a pensar a linguagem como um elemento que faz parte da totalidade de suas relações históricas e sociais. E quando o faz, é de forma individualizada, em separado e externa às atividades corriqueiras da vida (inclusive, da *fala*), como algo “superior” existindo isoladamente, confinada em um espaço reservado e especial, geralmente o espaço material de um papel, o suporte de linguagem mais comum ocupado pela *escrita*, ou, como se apenas existisse fechada em um “livro”, livro de “Gramática” ou “História”, por exemplo. Fora daí, em si mesma, ela pouco funcionaria enquanto ação objetiva entre os homens no mundo.

Espero que o presente estudo (de um campo específico de aplicação do uso instrumental) também revele algo que contribua para romper com essa e todo tipo de visão compartimentada de linguagem. Os lingüistas também compartimentam e subcompartimentam a linguagem, só que de outras formas (fonética e fonologia, semântica, sintaxe, discurso, uso pragmático, sociolingüística, morfologia, psicolingüística, filologia, etc.); entretanto, nesses casos, o fazem com objetivos claros, válidos e legítimos, a saber: estudá-la e compreendê-la melhor em sua totalidade.

### Linguagem enquanto instrumento especial de ação histórica

Esclareço que, ao equiparar aqui *linguagem* a *instrumento*, sei que estou realizando uma analogia simplificadora e polêmica; não ignoro que a primeira seja uma realidade particular e, em muitos aspectos, um fenômeno essencialmente bem mais complexo e singular que qualquer outro instrumento propriamente dito. L.S. Vygotsky, por exemplo, sob influência de uma perspectiva cognitivo-desenvolvimentista, já anuncia isso e refere-se a essa metáfora nos seguintes termos:

*A invenção e o uso de signos [lingüísticos] como meios auxiliares para auxiliar um dado problema psicológico (lembrar, comparar coisas, relatar, escolher, etc.) é análoga à invenção e uso de instrumentos, só que agora no campo psicológico. O signo age como um instrumento da atividade psicológica de maneira análoga ao papel de um*

*instrumento no trabalho. Mas essa analogia, como qualquer outra, não implica uma identidade desses conceitos similares. (Vygotsky, 1991:59-60)*

Imediatamente ele problematiza esse ponto em uma discussão esclarecedora, corretiva e em relação à qual não pretendo me deter, ao menos agora. Por sua vez, Austin (1990) e Searle (1977), por exemplo, seguindo tendência teórica diversa, o neopositivismo inglês, também observaram certos usos performativos da fala e desenvolveram significativas considerações acerca do entendimento da linguagem enquanto *ação* por substância. No entanto, o que peço apenas é que aceitemos, por enquanto, essa analogia, sem grandes problematizações, e afastemo-nos um pouco de nossos coevos. Retrocedendo a João Amós Comênio, por exemplo, verificamos que o pedagogo a compreende assim: para ele, a língua é *instrumento* necessário ao homem não só para adquirir instrução para si mesmo como para transmiti-la ao outro. Embora, na *Didáctica Magna*, o termo “útil” assumia ali um sentido bastante amplo, isto é, o de *tudo o que seja relevante à vida do locutor*, ele separa e diferencia claramente, ao longo de sua obra, o que são os estudos da linguagem do ponto de vista pragmático, teórico-estrutural e o filosófico. Quanto ao aspecto instrumental, expõe:

1. *As línguas aprendem-se, não como uma parte da instrução ou da sabedoria, mas como um instrumento para adquirir a instrução e para a comunicar aos outros. Por isso, não devem aprender-se todas, o que é impossível, nem muitas, o que é inútil, além de que roubaria o tempo devido ao estudo das coisas; mas apenas as necessárias. Ora, são necessárias: a língua materna, para tratar dos negócios domésticos; as dos países vizinhos, para entrar em relações com eles (assim, para os polacos, de uma parte, a língua alemã, e, de outra parte, a língua húngara, a romena e a turca); para ler livros sabiamente escritos, a latina, que é a língua comum da gente instruída; para os filósofos e para os médicos, a grega e a árabe; para os teólogos, a grega e a hebraica.*

2. *Nem todas as línguas devem aprender-se em todas as suas partes, até à perfeição, mas apenas tanto quanto é necessário. Com efeito, não é necessário pronunciar tão perfeitamente a língua grega e a hebraica como a vernáculo, pois não há homens com quem as falemos. Basta aprender o suficiente para ler e entender os livros. (Comênio, 1985:331) (Grifo meu)*

E desejando chamar atenção do leitor para a utilidade do que seu texto quer dizer, justapõe à margem direita dos dois itens acima o seguinte resumo objetivo: “Porque se devem aprender as línguas e quais”.

Sem dúvida, é preciso considerar que no século XVII vivia-se longe do que hoje conhecemos e experimentamos de perto como “aldeia global” criada pela tecnologia das comunicações. Eliminamos as barreiras de tempo e espaço, ao contrário daquele século, em que era a proximidade física e geográfica dos

interlocutores que determinava qual língua deveria ter prioridade de aprendizado. Surpreendentemente, hoje, embora a situação histórica seja outra, o princípio levantado por Comênio, de certa forma, ainda prevalece, apesar do fenômeno da globalização, pois veja-se a necessidade cada vez maior de falantes brasileiros aprenderem espanhol em virtude da nova realidade econômica criada pela integração de países vizinhos do Merco-Sul. Creio que este seja um dos novos aspectos da realidade que reatualiza o argumento de Comênio, qual seja:

*Ora, são necessárias: a língua materna, para tratar dos negócios domésticos; as dos países vizinhos, para entrar em relações com eles (assim, para os polacos, de uma parte, a língua alemã, e, de outra parte, a língua húngara, a romena e a turca).*

Ademais, ao aprendizado de algumas, tais como a grega e a hebraica, já no século XVII, bastava o conhecimento escrito, porque não havia, para os locutores que as dominassem, a fala de interlocutores ao vivo, a não ser *livros*. O aprendizado de outras, sobretudo a vernácula, exigia, além do conhecimento escrito, também o oral, pois era necessária a presença física de interlocutores, tanto enquanto *pessoa*, quanto em forma de *livros*. Por essa razão, Comênio escreve sua obra em latim e a traduz para o vernáculo oriundo da versão lingüística oral praticada pelos seus contemporâneos; com isso, visava a todos: homens eruditos (comunicava-se com eles por meio do latim, escrito), os conterrâneos, gente mais simples (comunicava-se com eles por meio do vernáculo) e homens de todas as nações, uma vez que o latim era (e ainda hoje é, embora poucos entendam) uma língua que reunia várias nações diferentes através de um turbulento passado histórico comum.

Comênio, portanto, considera a língua, na *Didáctica Magna*, um mecanismo valioso a ser aprendido e dominado pelos homens para organizar, dividir e multiplicar o saber e a instrução necessários à existência e resolução de dificuldades e problemas de interesse prático e intelectual. Para ele, por exemplo, a leitura eficaz de um texto formador gera o homem prático, de esperança viva, o demonstrador histórico do valor lógico e factual das idéias lidas. Assim, o pedagogo reformista defende que, ao mesmo tempo em que os homens estudam, sistematizam a língua e a conhecem em suas diferentes variedades, modalidades, representações e aspectos de uso, eles aprofundam e ampliam seu poder de visão sobre o mundo, em certa medida, criando por si mesmos, enquanto sujeitos, novos espaços e possibilidades de vida.

Aproveito a imagem da “escada” implícita na antiga alegoria do “anão carregado pelo gigante” para mostrar, por exemplo, como a visão de mundo referida acima pode se reduzir ou ampliar-se conforme a que “alturas possíveis” de conhecimento conseguiremos ou não

atingir, sempre que nos vemos diante da tarefa de nos locomover por essa “escada”(a linguagem oral ou escrita). É padre Antônio Vieira, em um de seus sermões, quem cita essa imagem, e Alcir Pécora - movido por outros propósitos de análise -, o observador que a examina em um admirável estudo estilístico:

*Esta é a diferença que não nós, senão os nossos tempos, fazem aos Antigos: nos Antigos reconhecemos a vantagem da sabedoria, nos nossos a fortuna da vizinhança. Se estamos mais perto dos futuros com igual luz (ainda que não seja com igual vista), porque os não veremos melhor? Assim a confessou a Santo Agostinho o qual, achando-se às escuras em muitos lugares das profecias, reservou a verdadeira inteligência delas para os vindouros.*

*Um pigmeu sobre um gigante pode ver mais que ele. Pigmeus nos reconhecemos em comparação daqueles gigantes que olharam antes de nós para as mesmas Escrituras. Eles sem nós viram muito mais do que nós pudéramos ver sem eles, mas nós, como viemos depois deles, e sobre eles, por benefício do tempo, vemos hoje o que eles viram, e um pouco mais. O último degrau da escada não é maior que os outros, antes pode ser menor, mas basta ser o último, e estar em cima dos demais, para que dele se possa alcançar o que dos outros não se alcança. (Pécora, 1994:177-8)*

Essa parte da alegoria, a “escada com seus degraus”, não traduziria todo o conhecimento consubstanciado em realizações de linguagem, palavras das mais diversas línguas (ordenadas pelas mais diversas gramáticas, estilos e dialetos), registradas em livros, textos de gêneros variados (orais ou escritos) produzidos etapa por etapa, degrau por degrau, ao longo do tempo e espaço, legados como herança às diferentes gerações?

Entre outras, não foi também com essa preocupação que Pero Magalhães de Gândavo, por exemplo, escreveu o *Tratado da terra do Brasil e História da província de Santa Cruz* depois que esteve aqui, vindo de Portugal, na segunda metade do século XVI? Coerente com a alegoria acima, é assim que Luiz Roncari, enquanto um observador atual, ao ler os escritos de um testemunho antigo, de um Brasil sobre o qual muito já se desvaneceu, escreve (destaco um pequeno trecho):

*Aqui [referindo-se diretamente ao texto de Gândavo] é importante notar que, àquela primeira intenção de escrever para atrair novos colonos para o Brasil, outras foram acrescentadas. Só que estas não eram tão imediatas [como a de informar]; ao contrário, Gândavo estava pensando no futuro ao registrar suas observações, para ofertá-las ‘à perpetua memória, como costumavam os antigos’. Os antigos aos quais se refere são os gregos e os romanos, modelos que um humanista da Renascença como Gândavo quer seguir, pois como eles havia aprendido a lição de que **escrever** era uma forma de fixar e não deixar cair no esquecimento aquilo que fosse memorável. Deixando de confiar apenas na memória dos homens, a escrita poderia ser um socorro contra a perda do que fosse considerado importante para a humanidade. Pois foi*

devido ao uso abundante da escrita que os gregos e os romanos deixaram uma memória mais completa de suas civilizações, ao mesmo tempo que desenvolveram diferentes formas ou gêneros de registros escritos: a poesia, a tragédia, a comédia, o diálogo, a história, a biografia, o romance, o tratado filosófico, etc. Com isso desenvolveram uma cultura e um acervo literário em termos completamente novos. É em razão disso que Gândavo escreve: 'Daqui vinha aos Gregos e Romanos haverem todas as outras nações por barbaras'. Em parte por não se preocuparem com o registro dos fatos, 'pois a escritura seja vida da memória', e em parte por não se preocuparem com a própria imortalidade - a de quem escreve e a do povo ao qual pertence -, já que a memória é 'humana semelhança da immortalidade a que todos devemos aspirar'. Essas considerações são muito importantes, pois revelam para o leitor atual de Gândavo, por um lado, suas intenções de não escrever apenas para os homens de seu tempo (portugueses interessados em vir colonizar o Brasil) e, por outro, de registrar e imortalizar a memória e a imagem de algo que se poderia perder. (Roncari, 1995:48-60) (Grifo do autor)

Como o pesquisador acima e nós, pobres "pigmeus" deste século, "escalaremos", através de toda uma variedade verbal, de gêneros e saber, agora, não só à daqueles gigantes antigos..., se não adestrados por razoável conhecimento lingüístico e discursivo? Conforme ocorreu a ele, o observador atual, com a leitura que realizou do texto de Gândavo, "subiu-lhe aos ombros", "enxergou mais longe e claramente no passado, a figura e os feitos desse homem", após o quê, desentranhou de si mesmo um maior entendimento e, auxiliando-se de uma escritura bastante própria, passou-o a nós outros, seus novos leitores. Esse desempenho de linguagem aqui mostrado é um processo que, por nós, sempre será necessário aprender, mesmo que seja para subir aos ombros de "um gigante de altura modesta, ou mesmo de outro anão" (Eco, 1991:12), e ainda que para nunca abandonar o chão de nossos tempos, porém, caminhar sobre ele com o movimento livre e a energia natural das próprias pernas. Tentei dar, com isso, uma demonstração teórica e prática do conceito de Comênio posto anteriormente, isto é: "As línguas aprendem-se, não como uma parte da instrução ou da sabedoria, mas como um instrumento para adquirir a instrução e para a comunicar aos outros." E ampliando esse sentido, podemos afirmar que a linguagem seja um instrumento especial, pois, por pouco que seja, ela permanentemente nos forma e informa, nos transforma e se autotransforma, nos inova e se auto-renova, nos constrói ou destrói, nos eleva ou rebaixa<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> Esses usos de linguagem, conforme a situação, podem ocorrer de algumas formas variadas: (a) De forma passiva, aleatória e, conseqüentemente, sem proveito algum para o locutor (quando assim, às vezes, até com prejuízo); (b) Com razoável proveito para o locutor, entretanto, mediante uma prática espontânea, acionada mais pelo peso da experiência de vida, do costume e astúcia de uma intuição inteligente; (c) De início, empiricamente, passando, em seguida, a um processo estudado e metódico, porquanto o locutor deseja retirar da ação o máximo proveito para si. Devemos acreditar que à escola, e mais adequadamente ainda, a

um curso de língua materna ou estrangeira, compete criar oportunidades de desafio e reflexão rigorosa especialmente no que toca aos itens (b) e (c). Os casos práticos acima mencionados e a discussão que vai exposta abaixo, nesta nota, caracterizam a forma (c) e esta última corresponde a uma fase específica do curso de Português que ministrei na UEM em 1997 e cujos resultados suplementam o desempenho deste Projeto.

Vale acrescentar que a atenção ao uso, porém, de nada invalida que a escola aborde a língua, mediante a Gramática, não apenas por essa função, mas também por sua estrutura, como o fazem a Biologia, a Psicologia, a Neurofisiologia, etc. com as micro e macrodescrições das estruturas que acionam vida, sustentação e movimento (sensitivo, intelectual, afetivo, muscular, etc.) ao corpo e mente humana. E, do mesmo modo, para o locutor disciplinar melhor sob a ação de sua vontade as três propriedades dinâmicas aqui grifadas, isso poderá exigir dele, acerca da linguagem, tanto estudos estruturais quanto meditação sistemática e freqüentes exercícios nas esferas de atividade específicas de uso discursivo dessas estruturas a que, por ventura, possa se submeter. A isso mesmo oportunizam as academias, os estudos gramaticais e retóricos e o que justifica, por exemplo, uma das tradicionais proposições defendidas pelos monges e outros pedagogos adeptos das idéias de Port-Royal já no século XVII: "se a palavra é uma das grandes vantagens do homem, não deve ser algo menosprezável possuir toda a perfeição que convém ao homem, isto é, ter não apenas seu uso mas também conhecer-lhe as razões e fazer cientificamente o que os outros fazem apenas por costume" (Arnauld e Lancelot, 1992:4). Por outro lado, quando se dedicavam à pesquisa teórico-descritiva e explicativa ou ao ensino das línguas (materna ou estrangeiras), faziam-no com este grande discernimento: "Como todas as Gramáticas particulares estão subordinadas à Gramática geral, eu [M. Duclot] poderia ter multiplicado ou ampliado as observações muito além do que fiz; como se tratasse aqui apenas de princípios gerais, restringi-me às aplicações indispensáveis ao desenvolvimento desses princípios que, aliás, foram feitos para leitores capazes de complementá-los. Realmente, uma Gramática geral e mesmo as Gramáticas particulares não podem servir senão a entendidos que já conhecem as línguas. Em relação aos aprendizes, finalizando, lembrarei o que disse em uma de minhas observações: Poucas regras e muito exercício é a chave das línguas e das artes. Talvez se chegue a isso, quando a razão tiver banido as velhas rotinas, que se consideram complacentemente como métodos de ensino" (idem, ibidem, 1992:232). Escrevi um prolegômeno acerca do assunto em Roncari (1994:39-43) e reforço esse aspecto da aquisição e criação heurística de conhecimento com a epígrafe de La Fontaine sobre as fábulas de Esopo (1997:3), muito semelhante aos argumentos de Port-Royal aqui apresentados: "Acho que deveríamos colocar Esopo entre os grandes sábios de que a Grécia se orgulha, ele que ensinava a verdadeira sabedoria, e que a ensinava com muito mais arte que os que usam regras e definições". No que toca à análise do discurso narrativo, por exemplo - embora sob outro tratamento e ponto de vista -, também explorei esse sentido de "ensinar" em Roncari (1996:1-15). Do mesmo modo, foi procedendo exatamente sob esse sentido de "ensinar" que obtive a seguinte ocorrência - por exemplo, observem aqui, neste texto, uma parte do princípio teórico de discurso narrativo em ação -:

*Os olhos de um leitor. Cego, Jorge Luis Borges aperta os olhos para melhor escutar as palavras de um leitor que não se vê. As palavras do jovem que conhecera às margens do Sena ainda o tocavam profundamente.*

*Naquela tarde de inverno, Borges andava por longas vielas francesas, sem rumo e infeliz, junto de sua dama de companhia. Ouvia um rapaz meditando em voz alta sobre um livro, encostado num parapeito do rio Sena. O jovem perdia-se em sua leitura e nem a bela paisagem, que o rodeava, fazia-o desconcentrar-se. Borges, admirando as palavras maravilhosas, lembrou-se de um vitral descrito por sua acompanhante perto da Catedral de Windster: "Study to be quiet", estude para ser sereno. E a serenidade do observador vinha da contemplação. Borges, perplexo por não poder ver aquela leitura eterna, drigi-se ao rapaz, cautelosamente:*

*- Por favor, eu poderia acompanhá-lo em sua leitura?*

*Surpreso, o rapaz respondeu:*

*- Seria uma honra!... e continuou:*

*- Se Aristóteles estivesse aqui, lendo este pergaminho, como na gravura, poderia se perder diante de tantas belezas naturais, você não acha?*

O velho cego simplesmente abriu seus olhos para o rapaz. Este, lendo aqueles olhos alvos e sem luz, desculpou-se percebendo a cegueira do novo companheiro. Apesar da situação constrangedora, prosseguiu:

- Sabe, são Jerônimo, este poeta indiano, ou Virgílio, todos eles saboreiam ou saboreavam o que liam. É lindo poder saber que eu não estou sozinho aqui, ou melhor, que nós não estamos sozinhos neste universo de leitores. Neste livro, até mesmo um cão de guarda admira Valentina Balbiani em sua leitura silenciosa. A leitura faz até são Domingos distanciar-se de seu mundo. Esta Senhora Leitura faz história. Imagine, Charles Dickens poderia estar escrevendo uma história de dois homens que se encontram às margens do Sena, para lerem um livro. Este jovem aqui, sentado em uma floresta, poderia ser o leitor de Charles Dickens. Amigo, a leitura nos amarra ao mundo. Mesmo não fazendo parte dessas vidas passadas, podemos revivê-las, trazendo-as para nosso presente através de um simples e quieto livro. E, ouça, há aqui um velho que também não vê, está com os olhos fechados e deve estar lembrando alguns dizeres, como você!...

E aquela tarde se esvaiu com o tempo.

Já era noite quando Borges foi embora com sua dama de companhia. O jovem também partiu e com ele foi-se também o livro que havia feito um cego ler com outros olhos um passado repleto de leitores (Fernandes Alves, Érica e Pepato Júnior, Antonio A. e Pasquini, Gisele e Enz, Angela e Mie Ichida, Rosa. In: Disciplina Língua portuguesa I: expressão escrita e compreensão de texto, Código 232/32, Graduação em Letras, DLE, noturno, UEM, novembro, 1997).

Cruzando qualitativamente um dado com outro, eis como alguns estudantes refletiram teoricamente sobre o mesmo princípio que governou a prática discursiva deles mesmos e de todos os grupos da classe (cada grupo deu conta respectivamente da mesma tarefa, isto é, narrou e "teorizou" sobre sua prática discursiva, tanto que a explanação deste se adequa à prática de si, à dos acima e à dos demais):

A última página. Narrar é contar histórias, tecer enredos, criar personagens, fundir imaginação e realidade. Coisas sonhadas, vividas, o que podia ter sido e não foi, o que pode vir a ser, saberes de diversas raízes, de diferentes procedências, constituem a matéria-prima do texto narrativo.

Ao narrar, transformamo-nos imaginariamente em outras pessoas, vivemos outras histórias. Assim, recuperamos a capacidade de perceber o mundo magicamente, gosto de contá-lo e recontá-lo sem que a magia desapareça.

Comparando o texto narrativo, mais o seu conceito, com o texto descritivo de Manguel, pode-se notar que descrever e narrar são experiências muito próximas, que se interpenetram e se complementam, pois, muitas vezes, quando descrevemos, para caracterizar o objeto, precisamos contar coisas que acontecem. E ao narrar, precisamos descrever elementos (lugares, pessoas, objetos, imagens, etc.) que participam da história (Arantes, Aldinéia e Malize, Glacieli e Rebello, Luci e Rissatti, Rosângela e Lopes, Valter e Mari, Stella. In: Língua portuguesa I: expressão escrita e compreensão de texto, Código 232/32, Graduação em Letras, DLE, noturno, UEM, novembro, 1997).

Assim, sem perceber, cada grupo, entre si, criou uma "teoria" que explana a sua própria prática discursiva e a prática discursiva dos demais. Essas são amostras particulares de um dos resultados práticos da ação docente inspirada pelas reflexões e idéias (ou "teoria") que o Projeto está germinando. Há outras amostras arquivadas com os próprios estudantes; basta consultá-los, ao vivo. A estas, tenho fé, juntar-se-ão mais outras ao longo de 1998 e, espero, daí para a frente, por si mesmas, que ultrapassem os anos! Acima, encontramos duas realizações de linguagem em que elas transparecem, nesse caso, funcionando, em grande parte, como instrumento fundamental de usos disciplinados de razão e imaginação. Agora, explicar que "exercício" ou "método" foi aplicado para obter essas ocorrências é outra história: a que pertence à intuição imaginativa e disciplinada, não do burocrata ou "técnico de laboratório", conforme Chomsky (1979:179), mas do cientista-professor (ou professor-cientista?). Apenas sei que, em aula, quando em magistério textual, lingüístico e discursivo, esforcei-me por não cair em "velhas rotinas", isto é, quando expus os locutores, por exemplo, à leitura de Manguel (1997:13-17), tentei disparar não um processo qualquer, mas um complexo mutante de atividades escolares que perdurou dias, após uma preparação que levou meses de aulas razoavelmente atarefadas. Para uma discussão mais detalhada sobre a natureza qualitativa desse processo ver Roncari (1995:203-11).

Polemizarei com esse conceito em outro desenvolvimento do Projeto (cf. nota 1).

### Instituições humanas: leis orais e leis escritas

O termo "legislador" será empregado aqui em sentido relativamente amplo, isto é, na acepção do locutor que, por meio da linguagem, formula leis, ou desenvolve argumentações com base em leis preestabelecidas, normatizadas pela tradição institucional de qualquer comunidade. A existência de padrões criados e convencionalizados por indivíduos pressupõe a existência de instituições e estas, geralmente, pressupõem graus de organização social mais ou menos complexos que, por sua vez, pressupõem uma forma de interação verbal entre os indivíduos que reflete seu grau de complexidade. Recorrendo outra vez a Alcir B. Pécora, por exemplo, nos estudos que faz dos textos (cartas e sermões) de padre Antônio Vieira, ele aspa na fala deste uma expressão interessante para destacar o processo normativo de natureza institucional vigorando em meio a índios brasileiros e negros de Cabo Verde. Ao observar uma série de características no discurso do jesuíta católico do século XVII, Pécora nota o seguinte:

Vieira igualmente reconhecia, em geral, a existência de 'polícia' entre os selvagens, vale dizer, de um sistema de governo regulado por leis [no caso, orais] reconhecidas como justas pelo conjunto de seus membros, o que, pelo direito das gentes, bastava para garantir a jurisdição autônoma de suas aldeias, e impedia que fossem subjugadas por força com a justificativa de que eram incapazes de governo próprio. Exemplo patente de polícia, Vieira encontrara entre os negros de Cabo Verde, que conheceu ao sair de Lisboa, em 1652: "São todos pretos, mas somente neste acidente se distinguem dos europeus. Têm grande juízo e habilidade, e toda a política que cabe em gente sem fé [católica] e sem muitas riquezas [tampouco, escrita], que vem a ser o que ensina a natureza". Também os tupinambás são elogiados por Vieira em carta ao rei dom João IV, em 1655, como gente que considerava a mais 'nobre', 'valorosa' e 'prudente', de todas quantas havia naquelas terras. (Pécora, 1996:427)

Interessa-me, na exposição acima, apontar que, certamente, o fato de uma comunidade não dispor de leis escritas não deve sugerir a imagem dos que nela habitam como a de "gente atrasada e sem leis"; ao contrário, qualquer comunidade mostra-se suficientemente desenvolvida, mesmo que dependa apenas de adesão a registros de textos orais. Nesse caso, devem atuar fortes valores culturais que governam e aglutinam os falantes do grupo em torno de princípios constantemente reconhecidos por vivos laços de adesão, e nisso muitas das comunidades ditas "primitivas" são tão competentes e avançadas quanto as sociedades grafocêntricas. Nestas, por exemplo, como observa Francis Vanoye:

[A comunicação diferida sobre a qual se funda nossa civilização] substituiu a lei oral pela lei escrita. A escrita é - cada vez mais - uma garantia legal [garantia de fé pública]: confia-se sempre mais numa assinatura do que numa palavra dada, num contrato mais do que num aperto de mão. (Vanoye, 1982:65)

A sociedades que se organizam sob tal fundamento, naturalmente que só a palavra oral não basta. Pode ocorrer também elas entenderem que não é muito seguro à memória histórica dos que estão condenados a viver em um mundo de longas distâncias espaço-temporais, construir uma civilização inteiramente apoiada na fala.

### Alguns esclarecimentos de percurso futuro

Este item não deve ser entendido como “conclusão”, pois ele não “fecha” o texto; ao contrário, ele abre e o apresenta apenas enquanto anúncio ou declaração de categorizações iniciais e alguns esclarecimentos dos objetivos e aplicativos terminológicos dos quais depende o desempenho do *Projeto*. É tão-somente arauto de futuros feitos de linguagem e pesquisa.

E assim é que chamo de “prática legislativa” à atuação lingüística e discursiva que observamos o locutor produzir durante a prática de leitura e interpretação da realidade à luz de um texto legislativo (oral ou escrito), ou na própria formulação deste.

Também não pretendo inventariar “jargões”, “modelos estereotipados de expressão” ou descrever o gênero discursivo de um conjunto específico de textos jurídicos, mas sim, observar, em alguns casos, como o locutor, enquanto no papel de legislador, ou investido de sua autoridade, opera a linguagem no processo de leitura e interpretação dos fatos à luz de um texto institucionalmente normatizado; objetivo observar o desempenho verbal interativo que verificamos o locutor construir quando ele se coloca enquanto sujeito em face de uma visão de mundo pré-estabelecida - a do texto legislativo que ele tem diante de si, por exemplo - e, conseqüentemente, de um exercício de linguagem típico que pode ocorrer nessa situação interativa; estudar o diálogo subjetivo ou intersubjetivo que o locutor entabula com outros interlocutores mediatizado por um texto que adquiriu *força de lei*, isto é, cujo significado se pretende universal a uma comunidade; examinar como alguém investido de autoridade, ou mesmo enquanto locutor comum - mas que tenta raciocinar de acordo com o jogo discursivo típico do legislador -, pratica esse processo interativo de leitura e como a hermenêutica desse sujeito atua sobre o discurso e as disposições de adesão de seus interlocutores.

Enfim, talvez a questão fique mais clara assim que examinarmos alguns dados empíricos. Várias vezes a literatura deu vida a esse aspecto particular de uso da

linguagem (por exemplo, um provérbio tão simples como o acima, pertencente à literatura oral - uma “obra literária” em miniatura -, levanta a possibilidade do uso instrumental da linguagem em geral) e nos propôs seu estudo em algumas situações verdadeiramente interessantes. Sobretudo, será de alguns casos mais complexos e específicos levantados pela *Literatura* que estarei me ocupando neste *Projeto*.

### Referências bibliográficas

- Arnould, A.; Lancelot, C. *Gramática de Port-Royal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- Austin, J.L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- Chomsky, N.A. *Language and responsibility: based on conversations with Mitsou Ronat*. New York: Pantheon Books, 1979.
- Comênio, J.A. *Didática magna: tratado da arte universal de ensinar tudo a todos*. 3.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.
- Eco, U. *Como se faz uma tese*. São Paulo, Perspectiva, 1991.
- Esopo. *Fábulas*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 1997.
- Manguel, A. A última página. In: *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.13-14.
- Nunes, J.J. *Crestomatia arcaica: excertos da literatura portuguesa desde o que mais antigo se conhece até ao século XVI*. 5.ed. Lisboa: Clássica, 1959.
- Pécora, A. As artes e os feitos ou a secretaria do Império. In: *Artepensamento*. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de cultura, 1994, p.163-88.
- Pécora, A. Vieira, o índio e o corpo místico. In: Novaes, A. *Tempo e história*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura/Companhia Das Letras, 1996, p.423-461.
- Roncari, J.R.A. As lições de Port-Royal. In: JORNADA DE ESTUDOS FRANCESES, 2, 1994, Maringá. *Anais...* Maringá: DLE/EDUEM, 1994. p. 39-43.
- Roncari, J.R.A. Leitura lingüística e semiótica: linguagens e significação: O mágico de Oz. In: *Apontamentos*. Maringá: Eduem, 1996, p. 1-15.
- Roncari, J.R.A. Texto, poética e linguagem. In: OUTRAS PALAVRAS: VIII SEMANA DE LETRAS, 8, 1995, Maringá, *Anais...* Maringá: DLE/EDUEM, 1995. p. 203-211.
- Roncari, L. *Literatura brasileira: dos primeiros cronistas aos últimos românticos*. São Paulo: Edusp (FDE), 1995.
- Searle, J. *La revolución de Chomsky en lingüística*. Barcelona: Cuadernos ANAGRAMA, 1977.
- Vanoye, F. *Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção expressão oral e escrita*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- Vygotsky, L.S. Internalização das funções psicológicas superiores. In: *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p.59-65.

Received 17 December 1997.

Accepted 18 February 1998.